

VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER: A PERSPECTIVA DA MULHER AGREDIDA

Carolina Teixeira Ramos¹
Miriã Alves Ramos de Alcântara²
Ana Cecília de Sousa Bastos³

RESUMO

Com base na constatação de que há uma alta frequência de recusa ou desistência da mulher vítima de violência conjugal em utilizar os recursos legais para defesa da própria integridade diante do cônjuge agressor optou-se, nesse estudo, por analisar os sentimentos e expectativas vividos por essas mulheres. Inicialmente foram revisados os estudos nacionais acerca desse tema acessados mediante os descritores “sentimentos vítima violência conjugal”, disponíveis nas bases da CAPES e IBICT, publicados entre 2002 a 2015. Em seguida, realizou-se um estudo empírico a partir de entrevistas com duas mulheres de diferentes idades e classes socioeconômicas com o objetivo de entender o sentimento das mesmas e as diferentes atitudes tomadas frente à Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Dentre outros aspectos referentes às singularidades das histórias de vida, a análise dos discursos das mulheres agredidas pelos parceiros íntimos demonstra que o conhecimento dos artifícios legais que caracterizam e punem a violência conjugal não é o fator determinante para o oferecimento de uma denúncia contra o cônjuge e enquadramento deste na Lei Maria da Penha, desenvolvida com esta finalidade. É necessária, além da compreensão do meio legal, a análise das circunstâncias da vida da vítima para uma tomada de atitude, pois algumas mulheres preferem se manter em relacionamentos violentos a viver sob a tutela do direito.

Palavras-Chave: Violência conjugal. Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

Based on the finding that there is a high rate of refusal or withdrawal of women victims of domestic violence to use the legal resources to defend own integrity before the aggressor spouse was chosen in this study to analyze the feelings and expectations experienced by these women. National studies on this subject accessed through the keywords "feelings victim domestic violence" were reviewed initially available on the basis of CAPES and IBICT, published between 2002 and 2015. Then, there was an empirical study based on interviews with two women of different ages and socioeconomic classes in order to understand the feeling of them and the different actions taken against the Law 11.340 / 06, better known as Maria da Penha Law. Among other aspects related to the peculiarities of life stories, analyzing

¹ Bolsista PIBIC/Fapesb Universidade Católica do Salvador

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, Brasil(2007); Professor Psicologia do Instituto Federal da Bahia , Brasil

³ Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília, Brasil(1994); Professor Associado II da Universidade Federal da Bahia , Brasil

the speeches of women abused by intimate partners demonstrates that knowledge of legal devices that characterize and punish domestic violence is not the determining factor for the offer of a complaint against the spouse and this framework in Maria da Penha Law, developed for this purpose. It is necessary, beyond the comprehension of legal means, the analysis of the circumstances of the victim's life for a deed, as some women prefer to remain in violent relationships to live under the protection of the right.

Key-Worlds: Conjugal violence. Violence against women. Maria da Penha Law.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar os sentimentos e expectativas vividas por mulheres que sofreram violência conjugal, no intuito de contribuir com a discussão, em vista das transformações legais que há quase uma década ensejaram a atribuição de um caráter infracional à ação violenta masculina contra a mulher.

Uma em cada cinco mulheres refere já ter sofrido ao menos um episódio de violência praticado por um homem. Em 80% dessas situações as vítimas mantinham relações de conjugalidade com o agressor. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2011) Esse dado revela que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública, que traz consequências a curto e longo prazo para famílias, indivíduos, comunidades e países (KRUG e col., 2002). A conduta violenta gera prejuízos para o agredido e quem vive no seu meio, pois exige medidas sanitárias, previdenciárias e de agentes do poder público, afetando diversos níveis da rede de proteção social.

Em estudo realizado no Estado de São Paulo, a violência contra a mulher por parceiro íntimo oscila de 4,0% a 23,0% durante cada relacionamento, aumentando para 33,0% até 39% quando considerada toda a vida de uma mulher. Essa mesma pesquisa constatou que as maiores consequências da violência contra a mulher no matrimônio são sentidas pelas mulheres mais humildes, pois observou-se que essa categoria busca serviços de saúde por esse motivo com maior frequência (Schraiber, 2002). No Nordeste os dados acerca da mortalidade de mulheres por causas externas são alarmantes.

2 DISTINÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO DAS DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA

De acordo com a Organização das Nações Unidas, a violência contra as mulheres é uma violação aos direitos humanos que ocorre em todos os países do mundo, que leva a impedimentos diretos na conquista da igualdade de gênero (ONU, 2006). Nos países ocidentais, marcados pela cultura patriarcal, a violência contra a mulher permaneceu invisível e somente com o advento da revolução sexual, passou a ser entendida como situação degradante que afronta aos direitos fundamentais em face da sua repercussão à integridade da mulher agredida e da ameaça a que expõe os demais membros da família.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu violência como o uso da força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra grupo ou comunidade que resulte em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicial ou privação (OMS, 2005). Assim, a violência pode ser observada em diversos espaços de convivência humana onde possa existir o uso do poder nas relações existentes.

Dentre as formas de violência cabe destacar no âmbito familiar, a violência contra a mulher ocorrida dentro do matrimônio. A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, que se manifesta, sobretudo, no espaço doméstico e tem o companheiro como principal agressor (GOMES e cols., 2013). A violência conjugal contra a mulher abrange as mais diversas situações, como violência física, psicológica e até mesmo sexual, todas cometidas pelos cônjuges e/ou parceiros íntimos. Essa violência ocorre por motivos sócio-históricos, econômicos e subjetivos (MINAYO, 2005).

A violência conjugal é também uma violência intrafamiliar. Qualquer ação ou omissão que resulte em dano físico, sexual, emocional ou patrimonial a um ser humano em um contexto onde exista vínculo familiar íntimo entre a vítima e seu agressor, é considerada violência intrafamiliar (Caravantes, 2000).

A violência psicológica é uma das modalidades de violência conjugal. Esse termo foi elaborado com base na literatura feminista diante da luta das mulheres para tornar pública a violência sofrida cotidianamente por elas no ambiente familiar. O movimento pioneiro no estudo do fenômeno da violência contra a mulher praticada pelo seu parceiro, ocorreu em

1971, na Inglaterra, sendo propulsor da criação da primeira “Casa Abrigo” para mulheres espancadas, que se iniciou nos Estados Unidos e na Europa, e em 1980 estendeu-se para o Brasil (Azevedo e Guerra, 2001).

Outra modalidade de violência conjugal é a violência física, caracterizada pelo uso da força física, algum tipo de arma ou instrumento que cause danos físicos internos ou externos à vítima (Silva, Coelho e Caponi, 2007).

De acordo com Silva, Coelho e Caponi, “A principal diferença entre violência doméstica física e psicológica é que a primeira envolve atos de agressão corporal à vítima, enquanto a segunda forma de agressão decorre de palavras, gestos, olhares a ela dirigidos, sem necessariamente ocorrer o contato físico”.

A violência sexual conjugal ocorre quando o cônjuge diante de uma situação de poder, obriga a vítima a realizar práticas sexuais, logicamente contra sua vontade, seja por uso de força física, influência psicológica, uso de armas e drogas, entre outros meios (Silva, Coelho e Caponi, 2007).

A violência contra a mulher dentro do matrimônio ocorre assim entre pessoas que tenham um relacionamento afetivo-sexual ou já o tiveram. A violência por parte de ex-parceiros se explica pela dependência psicológica e vínculos afetivos não desfeitos, podendo levar até mesmo à não identificação do fenômeno da violência. As situações de violência não identificadas geralmente estão associadas a fatores como uso do álcool, problemas com filhos ou no trabalho, entre outros (Silva, Coelho e Caponi, 2007).

3 O ADVENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Uma das formas de se proteger e não tolerar a violência praticada pelo marido como citado anteriormente, é exatamente o oferecimento da denúncia, garantida pela 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, marco importantíssimo no Sistema Penal Brasileiro, criada após 15 anos de processo enfrentado por uma brasileira agredida pelo marido tratado com negligência pela Justiça Brasileira. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

pressionou o Brasil para que legislação especial fosse criada, e nesse momento nasceu a Lei Maria da Penha.

Com a criação dessa Lei, a violência contra a mulher deixou de ser tratada como crime de menor potencial ofensivo, e institui o fim das penas de multa ou cestas básicas nesses casos. Vale salientar que a Lei Maria da Penha abrange violência física, sexual, psicológica, patrimonial e assédio moral. Constam também mecanismos para prevenir e reduzir a incidência da violência contra a mulher.

Como eventos norteadores para as transformações legais que acompanham os movimentos de luta pelos direitos da mulher e que culminaram com a criação da Lei Maria da Penha, destacam-se a Primeira Conferência Internacional Sobre a Mulher, ocorrida no México em 1975, o Decênio das Nações Unidas para a Mulher, realizado pela ONU no período de 1975 a 1985 e a Declaração de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, criada pela ONU em 1994. Com base em todo esse arcabouço normativo, surge a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, que define violência doméstica como uma conduta baseada no gênero que venha a gerar morte, dano ou sofrimento físico, psicológico ou sexual à mulher (Convenção de Belém do Pará, 2005).

Na maioria dos casos, a mulher agredida pelo marido é vítima de todas as formas de violência que podem ocorrer. Assim, pelo fato de perpassar por todas as etapas de violência e esta ser realizada pelo cônjuge, a mulher sofre um grave dano não só físico, mas principalmente psicológico, antes, durante e após o oferecimento da denúncia, ou até mesmo optando por não fazê-la.

Diante dessa perspectiva, este artigo objetiva apresentar uma discussão dinâmica a partir do discurso da mulher agredida e o sentimento que esta possui diante das agressões sofridas.

4 SENTIMENTOS E EXPECTATIVAS DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

A literatura revela que a violência conjugal contra a mulher muitas vezes não é identificada devido ao medo, á vergonha, á dor e ao silêncio das mesmas, pois lidam com

humilhações, ameaças e até mesmo violência física (Vieira, 2008). Na maioria das vezes, todos esses comportamentos masculinos são tolerados, desculpados e silenciados devido à dependência das mulheres em relação aos homens (Gomes, 2005), situação trazida desde o século passado, quando as mulheres se casavam para sair da casa dos pais e situações de adultério só eram crime quando praticado pelas mulheres, por exemplo, ou seja, um período onde não eram garantidos direitos às mulheres, somente deveres lhes eram impostos. A violência cotidiana conjugal é, portanto, considerada normal diante do histórico de submissão feminina diante do contexto patriarcal cultivado no passado.

Assim, as mulheres se recusam a utilizar os meios legais para se defender da violência do seu cônjuge, e ainda quando fazem uso desses, elas desistem após o oferecimento da denúncia, ou seja, com todo o apoio oferecido no sentido de protegê-las, elas preferem manter-se ao lado do agressor, tendo seus direitos violados.

Muitos mecanismos inviabilizam a saída da mulher de uma relação violenta, destacando-se fatores como baixa auto estima, crença de que a violência é temporária e que os cônjuges podem mudar de comportamento, dependência financeira, a sensação de abandono diante do estigma do divórcio, a vergonha de sair de um relacionamento como mulher espancada, por exemplo, pena do marido, ou até mesmo o amor que sentem por eles (Sousa e Oliveira, 2001).

5 MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa empírica a partir de entrevista a duas mulheres que registraram episódio de violência praticada pelos cônjuges. Cada uma das mulheres foi indicada por membros do grupo de pesquisa “Família e Conjugalidade em três gerações de famílias baianas”. Por fazerem parte da rede de relações dos pesquisadores e com o intuito de preservar suas identidades, facultou-se às participantes a opção do local da entrevista. A entrevista que versou sobre histórico familiar e conjugal, eventos de violência e medidas para o seu enfrentamento, foi gravada, transcrita e impressa para leitura e análise discursiva. A pesquisadora envidou os procedimentos necessários para pesquisa com seres humanos, especialmente relativos à preservação da identidade, minimização de riscos para as

participantes e encaminhamento aos serviços adequados ao quadro de demandas identificado, de acordo com a Resolução 466/12.

A primeira participante do estudo, Laura, tem 21 anos e reside no bairro Matatu de Brotas. Ela estuda em Universidade particular e trabalha na loja de roupas da mãe. Ela faz parte da classe média baixa residente da cidade do Salvador, e ficou noiva de João, nome fictício dado ao agressor, há um ano e meio atrás. O noivado foi desfeito juntamente com o oferecimento da denúncia de violência física feita por Laura há cerca de três meses. A entrevistada não tem filhos, vive com sua mãe, que se divorciou do pai quando ainda era uma criança, devido à violência conjugal.

A segunda entrevistada tem 52 anos, 26 anos de casamento e reside no bairro da Pituba, zona nobre da cidade do Salvador. Maria, nome fictício, é formada em administração de empresas e é dona de uma loja renomada localizada em um dos maiores shoppings da cidade. Maria ainda reside e mantém matrimônio com Rafael, nome fictício do seu marido, que realiza agressões esporádicas contra sua mulher. Maria tem um filho de 11 anos e outro de 23 com Rafael. Até se casar, Maria viveu com o pai, extremamente machista, e com a mãe, submissa às vontades do marido.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da entrevista, quando questionadas sobre as decisões que tomaram diante das agressões, Laura afirma ter certeza de que agiu corretamente ao realizar o oferecimento da denúncia, e Maria mostrou-se confusa sobre sua conduta, mas sua resposta foi positiva.

Laura: No mesmo dia que ele me bateu eu fui na delegacia dar queixa pela Lei Maria da Penha. No momento que ele tocou em mim daquele jeito eu sabia que não era aquele cara que eu queria do meu lado. Fiz uma vez e, Deus livre e guarde, faço de novo quantas vezes precisar.

Maria: Acho que agi corretamente sim, pensei em meus filhos, na minha mãe, na minha idade... Um conjunto de fatores me levou a não ir a uma delegacia e apresentar denúncia contra ele.

Um dos pontos mais importantes da realização da entrevista foi exatamente o motivo do oferecimento da denúncia, no caso de Laura, e da não realização desta, diante da situação de Maria. As duas deram respostas absolutamente diferentes, contrariando a lógica das

pesquisas aqui apontadas na introdução deste artigo, quando foi citado que as mulheres de classe mais baixa sofrem mais com a violência conjugal.

Entrevistador: Que motivo te levou a ir direto para uma delegacia no momento em que foi agredida?

Laura: Meus pais se separaram quando eu ainda era muito novinha, mas ainda me lembro de meu pai metendo a mão em minha mãe e depois vindo me bater também, porque eu chorava quando ele fazia isso. Depois de um ano de agressões, minha mãe largou depois de ir na delegacia dar queixa. Então, eu nunca iria aceitar que homem nenhum tocasse em mim daquele jeito. Do mesmo jeito que meu pai se tornou um monstro pra mim, João virou isso também no momento que me bateu.

Entrevistador: Por qual motivo a senhora não ofereceu a denúncia contra seu marido?

Maria: Sou casada há 26 anos com Rafael, temos dois filhos e muitos amigos em comum. Somos a típica família perfeita, porque ninguém sabe das violências que sofri ao longo desses anos. Sempre tive muito medo de ficar sozinha, apesar de saber que me separando não mudaria em nada minha vida, pois sou completamente independente. Mesmo assim, amo meu marido, e acho que ele perde a cabeça as vezes e desconta em mim da maneira errada. Meu pai também era assim, e minha mãe é um sinônimo de guerreira por ter passado por tudo isso e ter conseguido manter a família sempre unida. Porque apesar de tudo é isso que todas nós queremos né? Uma família unida.

Com esse posicionamento, Maria demonstra claramente que sabe da possibilidade denunciar o marido, mas não fez isso por uma questão de aparência, pois na sua visão, se as pessoas não sabem do que acontece elas vão continuar vendo aquela família como sinônimo de união, além da notável baixa autoestima pelo fato de ter medo de ficar sozinha. Ela também demonstra muita admiração pela mãe, que passou pela mesma situação e manteve o matrimônio, provando assim que seguiu o exemplo dela.

Da mesma forma, Laura seguiu o exemplo da mãe, e ao ser vítima de violência pelo noivo, ofereceu denúncia e provou que independente da classe social, qualquer pessoa pode ter acesso às leis que lhe protegem.

Com a continuação da entrevista, foi questionado às entrevistadas qual tipo de agressões elas haviam sofrido. Abaixo, pode-se observar as respostas das duas.

Laura: O motivo da denúncia foi a surra que ele me deu (...), mas na delegacia eu descobri que eu sofri violência psicológica e sexual também. Ele me dizia absurdos constantemente, mas eu achava que era porque ele

tava nervoso com as coisas do trabalho dele. Várias vezes eu não queria transar e ele vinha me pegando, me segurando, até conseguir o que queria, mas como não tinha meu consentimento, como a delegada me disse, era violência sexual.

Maria: Eu fui vítima de violência física e psicológica. Ainda sou né? Ele me bateu algumas vezes e sempre que fica nervoso (...), ele termina me batendo. Nunca apanhei na frente de ninguém, nem de meus filhos, o que me dá um alívio enorme. Mas todo mundo vê como ele me trata quando acontece alguma coisa, as agressões psicológicas são ainda mais constantes.

Quanto aos motivos que os cônjuges tiveram para realizar as agressões, as duas entrevistadas demonstraram que sabem do erro que os cônjuges cometeram, na maioria das vezes inclusive por motivos torpes, mas Maria demonstra mais uma vez a influência da mãe na sua falta de atitude para cessar a violência do marido. Além disso, pode-se observar que ela acredita que outras famílias são vítimas do mesmo problema, mas assim, como ela, escondem por questão de imagem.

Laura: João me bateu porque ele é louco. Ele soube por um amigo dele que uma das minhas amigas mais chegadas era irmã de meu ex- namorado. Ele deu um show me dizendo que eu era uma vagabunda por isso, que ele deveria ser o primeiro a saber, que eu tava errada, e só me ofendendo. De uma hora pra outra ele pegou a caneta dele e começou a enfiar a ponta em minha mão e depois veio pra cima de mim com soco e pontapé. Isso não é motivo pra ninguém agredir ninguém, aliás, nada é motivo pra isso. Ele é um louco desgovernado, mas botei ele no lugar dele e nem de mim ele chega perto hoje por causa da ordem de restrição.

Maria: Meu Marido já me bateu por todos os motivos do mundo, até por ter feito clareamento nos dentes ele já me agrediu. Quando ele bebe ele me agride, quando meus filhos fazem algo de errado ele briga comigo por não ter educado eles corretamente, até por ir á academia ele já me agrediu. São muitos os motivos, e no fundo eu sei que ele está muito errado fazendo isso, mas família acima de tudo, foi assim que aprendi, e, pelo menos por enquanto, é assim que vou viver.

Entrevistador: E a senhora acha isso normal ? Vê isso na relação de outras pessoas?

Maria: Normal não é. Mas pra mim é um sacrifício que vale a pena, minha família hoje tem um nome, uma história, e não quero que isso se perca porque não soube perdoar o pai de meus filhos. E assim como eu escondo o que ocorre comigo, acredito que diversas mulheres também escondem, pelo mesmo motivo que eu inclusive.

No que tange ao sentimento das entrevistadas diante da agressão que sofreram, as duas foram muito específicas. Laura afirma já ter superado o ocorrido, apesar de ter se sentido mal ao tempo do episódio por magoar também a sua mãe que passou anos atrás pela mesma

coisa que ela. Maria demonstra que sofre constantemente com toda a violência do marido, mas acredita que o certo é manter sua família unida e assim buscar um futuro melhor.

Laura: Logo quando aconteceu eu fiquei muito mal, porque sou muito nova ainda e infelizmente tava sofrendo o mesmo que minha mãe. E só de ter que abrir o jogo e contar tudo que houve eu sei que ela também se machucou, porque mãe é assim né ? Mas me espelhei na grande mulher que ela é e fui na delegacia e fiz o que tinha que fazer. Não ia medir esforços para mandar aquele desgraçado pro inferno. E hoje estou bem melhor com tudo isso, nem lembro mais sabia ?

Maria: Nunca poderia dizer que não sinto nada com tudo isso. Minha auto estima anda muito baixa, faço análise e procuro ocupar ao máximo meu tempo pra tentar deixar pra lá. Meu psiquiatra me disse que tive início de depressão há alguns meses atrás. Às vezes me sinto um lixo, e outras vezes me sinto uma grande mulher como minha mãe, por zelar tanto por minha família. Sei que o melhor pra mim, e estou me atendo a isso, acho que tudo vai dar certo sim.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dinâmica do discurso da mulher agredida pelo parceiro íntimo demonstra que o conhecimento dos artifícios legais que caracterizam e punem a violência conjugal não é o fator determinante para o oferecimento de uma denúncia contra o cônjuge e enquadramento deste na Lei Maria da Penha, desenvolvida com esta finalidade. É necessária, além da compreensão do meio legal, a análise das circunstâncias da vida da vítima para uma tomada de atitude, pois ainda existem mulheres que preferem se manter em relacionamentos violentos com o intuito de preservar a imagem do seu clã perante família e amigos.

Assim, o sentimento da mulher diante da agressão sofrida, não foi determinante para uma tomada de atitude em 100% dos casos. Muitas vezes ela não expõe o que ocorre mesmo se sentindo mal com isso, com o intuito de proteger sua relação, sua imagem, seus filhos, e até por medo de ficar sozinha.

O exemplo presenciado pelas mulheres dentro de casa na figura de suas mães é um fator que interfere no posicionamento delas, pois na maioria das vezes e como constatado no presente artigo, elas tendem a espelhar-se em alguém que admiram, como suas mães.

Observa-se também que essa entrevista contrariou, em parte, o estudo de Schraiber (2002), pois, a entrevistada mais humilde tomou a atitude de denunciar a violência que sofreu no momento em que ela ocorreu, cortando relações com o cônjuge e seguindo adiante sua vida longe daquela barbaridade.

Por ser um assunto amplamente debatido no mundo inteiro, uma possibilidade de avanço nas pesquisas sobre a violência conjugal seria a inclusão do parceiro íntimo nos estudos, para abordar o assunto sob ambas as perspectivas.

Os elementos socioeconômicos em nenhum momento explicam as motivações de violência á partis das entrevistas, portanto, aumenta assim a necessidade de um estudo mais amplo sobre as relações conjugais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. ***Violência psicológica doméstica: vozes da juventude***. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.

CARAVANTES, L. Violência intrafamiliar en la reforma del sector salud. In: COSTA, A.M.; MERCHÁN-HAMANN, E.; TAJER, D. (Orgs.). ***Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas***. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.18.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. "10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher". In: _____. ***Convenção de Belém do Pará***. 3. ed. Brasília: Agende, 2005. p. 14-15.

KRUG, E. G. et al. Violence by intimate partners. In: _____. ***World report on violence and health***. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 87-121.

MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. ***Impacto da violência na saúde dos brasileiros***. Brasília, DF, 2005. p. 9-41.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). ***Relatório mundial sobre violência e saúde***. Genebra, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. ***Resolução da Assembléia das Nações Unidas***. Genebra: 1985.

SCHRAIBER, Lilian et al. A Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária a saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, p.470-477, 2002.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema e CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)** [online]. 2007, vol.11, n.21, pp. 93-103. ISSN 1807-5762.

SOUSA, Fabio; OLIVEIRA, Eliany. Mulheres vítimas de violência doméstica: sofrimento, adoecimento e sobrevivência. **SANARE, Revista de Políticas Públicas**, Sobral, Ceará, v. 3, n. 2, p. 113-119, out./dez. 2002.

UNITED ORGANIZATION NATIONS. *In-depth study on all forms of violence against women*. New York, 2006. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/8874883.html>> Acesso em: 02 dez. 2014.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza,;PORDEUS, Augediva Maria Jucá; FERREIRA, Renata Carneiro; MOREIRA, Deborah Pedrosa; MAIA, Potívea Bezerra; SAVIOLLI, Kátia Costa. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. **Saúde e Sociedade**, 17(3), 113-125, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Multi-country study on women's health and domestic violence against women*: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneve, 2005.